

Reivindicações dos trabalhadores chegam às ruas



Dia Nacional de Lutas com Greves e Mobilizações aconteceu em 11 de julho em todo o País com pauta unificada que inclui redução da jornada e fim do fator previdenciário. A Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) participou do ato realizado em São Paulo. *Páginas 4 e 5*



É PRECISO *ouvir os trabalhadores*

Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro
Presidente

APÓS AS INÚMERAS MANIFESTAÇÕES realizadas ao longo do mês de junho no Brasil, desencadeadas pela luta contra o aumento de tarifas no transporte público, chegou a vez das reivindicações dos trabalhadores, que, em última instância, dizem respeito a todo o povo brasileiro. O Dia Nacional de Lutas com Greves e Mobilizações, realizado em 11 de julho (*leia cobertura nas páginas 4 e 5*), levou para as ruas a pauta unificada do movimento sindical, que reúne reivindicações consideradas fundamentais desde a Conferência da Classe Trabalhadora (Conclat), realizada em 2010, em São Paulo.

As bandeiras que ganharam visibilidade em todo o Brasil são: redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais; melhoria das aposentadorias e fim do fator previdenciário (coeficiente que diminui o valor do benefício levando em conta a expectativa de vida); não à terceirização prevista no Projeto de Lei 4.330; destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação e de 10% do orçamento da União para a saúde; transporte público e de qualidade; reforma agrária; e suspensão dos leilões de petróleo. Convocado pelas centrais sindicais, o ato teve adesão dos movimentos sociais e

Governo e Congresso Nacional devem dar atenção à pauta levada às ruas pelo movimento sindical. Reduzir a jornada e dar fim ao fator previdenciário são medidas urgentes de justiça social.

participação do conjunto das entidades sindicais, inclusive da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), à qual o SEESP está filiado por meio da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE). Assim, a entidade compareceu ao ato na Avenida Paulista, em São Paulo, para demonstrar seu apoio ao Dia Nacional de Lutas, cuja pauta precisa ser ouvida pelo governo e pelo Congresso Nacional. A redução da jornada de trabalho deve ser tratada como medida prioritária. Ao se propiciar mais tempo livre ao trabalhador, será conquistado verdadeiro avanço social ao Brasil. Isso trará ainda óbvio efeito benéfico sobre a economia ao gerar mais empregos – 2,5 milhões segun-

do estimativas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). A medida, sempre bem-vinda, seria ainda mais pertinente no momento em que o País busca retomar o crescimento do PIB e pena com uma tímida expansão econômica que não atende às necessidades nacionais.

Ainda, o fim (ou ao menos a flexibilização) do fator previdenciário é tarefa urgente para eliminar uma das grandes injustiças do País, que pune especialmente aqueles que entraram ainda muito jovens ou mesmo adolescentes no mercado de trabalho, ou seja, os mais pobres. Nada justifica a manutenção de um dispositivo perverso que corrói os ganhos de quem dedicou décadas à labuta e, por consequência, à construção da riqueza nacional, tendo obviamente contribuído devidamente para o sistema de seguridade social.

Considerado bem-sucedido por ter se espalhado por todo o Brasil e mostrado a unidade de ação do movimento sindical, o ato de 11 de julho não encerra essa batalha, pelo contrário, demonstra que o velho jargão dos trabalhadores está mais em voga que nunca: a luta continua.



JORNAL DO ENGENHEIRO — *Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Laerte Conceição Mathias de Oliveira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Marcos Wanderley Ferreira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Repórteres: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva e Rosângela Ribeiro Gil. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eitel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Revisora: Soraya Misleh. Apoio à redação: Luís Henrique Costa e Monique Alves. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Tiragem: 31.000 exemplares. Fitolito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 16 a 31 de julho de 2013. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.



UM MOVIMENTO SEM NOME

“Usarei as coisas fracas para confundir as coisas fortes.”
I Coríntios 1,27

João Guilherme Vargas Netto

A primeira coisa que chama a atenção é a incapacidade de jornalistas, acadêmicos e comentaristas estrangeiros e brasileiros de dar um nome às grandes manifestações de junho no Brasil, o que decorre da surpreendente complexidade delas. Tais acontecimentos geram dois tipos de perplexidade: a inteligente, que procura compreender, analisar e sintetizar; e a burra que, mesmo sem entender, apressa-se a tudo explicar.

O movimento de junho não é nem Gênesis, nem Apocalipse, embora para uns e outros encarne as características desses livros bíblicos: começo do nada ou fim de tudo.

Dentre as contradições que o movimento fez aflorar, a mais espetacular é a que existe entre a sua forma anárquica, em multidões de um só, e o seu conteúdo estatista, já que a esmagadora maioria das reivindicações clamava pelo Estado provedor ou denunciava as falhas dele.

Passado junho e entrado julho, começamos a ver a necessária institucionalização dos movimentos, já que eles por si só não podem se manter em ciclos longos. Nessa transição, embora com açodamentos, as iniciativas institucionais vão abrindo seu caminho. É muito cedo para compreender sua eficácia, sua justeza (na linha de interesse dos manifestantes) e seu alcance; é prematuro desenhar uma planta de edifício em pleno terremoto e ainda mais tentar construí-lo.

A força da institucionalização, hoje, é exatamente a disposição unitária das centrais sindicais de organizar o Dia Nacional Lutas, com greves e mobilizações pela

As manifestações que tomaram conta do Brasil no mês de junho geraram perplexidade. Dentre as contradições, a sua forma anárquica e o seu conteúdo estatista, já que a esmagadora maioria das reivindicações clamava pelo Estado provedor.

pauta trabalhista e pela democracia, realizado em 11 de julho (leia cobertura nas páginas 4 e 5). A data passará à história como aquela em que o movimento dos trabalhadores (e as instituições sindicais) ofereceu à sociedade brasileira, aos partidos, aos governos e a todo mundo o rumo efetivo da democratização e do progresso.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical do SEESP



INCOMPATIBILIDADES



Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

Anuncie aqui!

(11) 99173-0651

(11) 3284-9880

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo “entidade de classe”. Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.



Dia Nacional de Lutas LEVA PARA AS

Rita Casaro*

CONVOCADO PELAS OITO CENTRAIS sindicais brasileiras, aconteceu em todo o Brasil, em 11 de julho último, o Dia Nacional de Lutas com Greves e Mobilizações. A iniciativa teve o objetivo de levar para as ruas as reivindicações que clamam por solução junto ao governo federal e ao Congresso Nacional.

As bandeiras incluíam redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais; fim do fator previdenciário (coeficiente que diminui o valor do benefício levando em conta a expectativa de vida) e melhoria das aposentadorias; não à terceirização prevista no Projeto de Lei 4.330; destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação e de 10% do orçamento da União para a saúde; transporte público e de qualidade; reforma agrária; e suspensão dos leilões de petróleo.

Em torno dessa pauta, aconteceu a mobilização que contou com paralisações durante todo o dia ou parte dele, protestos com interrupções de rodovias e atos de rua

(veja quadro ao lado). “Em 24 horas, houve no Brasil inteiro manifestações importantes de formas variadas, que envolveram pelo menos 11 milhões de trabalhadores. A pauta trabalhista hoje é nacionalmente visível”, avalia o consultor sindical João Guilherme Vargas Netto.

Como resultados mais imediatos das ações do movimento sindical, ele destaca o PL 4.330, da terceirização, que mesmo antes de 11 de julho havia sido retirado da pauta da Câmara dos Deputados. Além disso, afirmou, há compromisso do Congresso de derrubar o fator previdenciário, caso o governo não aceite a solução prevista no projeto substitutivo de autoria do deputado Pepe Vargas (PT/RS). Esse mantém a redução do benefício para quem deseja se aposentar sem a idade mínima, mas institui como alternativa as fórmulas 95 e 85, que somam a idade ao tempo de serviço, respectivamente para homens e mulheres, e eliminam o redutor.

Em reunião de avaliação do movimento no dia seguinte, 12 de julho, as centrais decidiram marcar para 30 de agosto o Dia Nacional de Paralisação, caso não haja resposta positiva por parte do governo às reivindicações.

Avenida Paulista

Palco de inúmeras manifestações promovidas pelo Movimento Passe Livre (MPL) e diversas outras iniciativas ao longo do mês de junho, a Avenida Paulista abrigou o ato das centrais na Capital, que contou com a participação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Re-



Fotos: Beatriz Arruda
A Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Un na Avenida Paulista em apoio às bandeiras levantadas p

gulamentados (CNTU), à qual o SEESP está ligado. Durante a atividade, que reuniu cerca de 7 mil pessoas, o presidente da entidade, Murilo Celso de Campos Pinheiro, que também dirige o sindicato, traduziu o significado da iniciativa. “Esse é um ato a favor do trabalho, da dignidade no emprego e do cidadão brasileiro. É uma luta de todos nós, brasileiros.”

Para Antonio Neto, presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), a mobilização foi “um alerta a todos os governantes, dos prefeitos à presidente Dilma, de que chegou a hora da pauta dos trabalhadores”.

José Maria de Almeida, da coordenação nacional da Central Sindical e Popular – Conlutas, foi na mesma linha: “O que os trabalhadores estão dizendo é que acabou a paciência. O governo Dilma tem muita presteza para atender o pedido dos bancos, do agronegócio, das grandes



Milhares de trabalhadores concentram-se na avenida Paulista num ato que reuniu todas as centrais sindicais, partidos políticos e movimentos sociais organizados.

DELEGACIAS DO SINDICATO – ALTA MOGIANA: Av. Mogiana, 1.885 – Ribeirão Preto – CEP: 14075-270 – Tels.: (16) 3628-1489 - 3969-1802 – E-mail: altamogiana@seesp.org.br. ALTO TIETÊ: R. Coronel Souza Franco, 720 – CEP: 08710-020 – Tel./fax: (11) 4796-2582 – E-mail: seesp.mogidascruzes@terra.com.br. ARAÇATUBA: R. Antônio Pavan, 75 – CEP: 16020-380 – Tel.: (18) 3622-8766 – E-mail: aracatuba@seesp.org.br. ARARAQUARA: R. São Bento, 700 – 10º and. – sala 103 – CEP: 14800-300 – Tel./Fax: (16) 3322-3109 – E-mail: araraquara@seesp.org.br. BAIXADA SANTISTA: Av. Senador Pinheiro Machado, 424 – Santos – CEP: 11075-000 – Tel./Fax: (13) 3239-2050 – E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. BARRETOS: Av. Cinco, nº 1.145 – CEP 14783-091 – Telefones: (17) 3322-7189 - 3324-5805 - 3322-8958 – E-mails: barretos@seesp.org.br - seespbarretos@uol.com.br - seespbarretos@gmail.com. BAURU: Rua Constituição, 8-71 – CEP: 17013-036 – Tel./Fax: (14) 3224-1970 – Página: seesp.org.br/bauru.html – E-mail: secretaria@seespbauru.org.br. BOTUCATU: R. Rangel Pestana, 639 – CEP: 18600-070 – Tel./Fax: (14) 3814-3590 – E-mail: botucatu@seesp.org.br. CAMPINAS: Av. Júlio Diniz, 605 – CEP: 13075-420 – Tels.: (19) 3368-0204 / 0205 / 0206 – E-mail: campinas@seesp.org.br. FRANCA: R. Voluntário Jaime de Aguiar Barbosa, 1.270 – CEP: 14403-365 – Tels.: (16) 3721-2079 - 3722-1827 – E-mail: franca@seesp.org.br. GRANDE ABC: R. Haddock Lobo, 15/19 – Santo André – CEP: 09040-340 – Tel.: (11) 4438-7452 – Fax: (11) 4438-0817 – E-mail: abc@seesp.org.br. GUARATINGUETÁ: R. Pedro Marcondes, 78 – sala 34 – CEP: 12500-340 – Tel./Fax: (12) 3122-3165 – E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. JACAREÍ: Av. Pensilvânia, 531 – CEP: 12300-000 – Tel./Fax: (12) 3952-4840 – E-mail: jacarei@seesp.org.br. JUNDIAÍ: R. Prudente de Moraes, 596 – CEP: 13201-004 – Tel.: (11) 4522-2437 – E-mail: jundiaiseesp@terra.com.br. LINS: Rua Rio Branco, 273 – Ed. Galeria Torre de Lins – 9º andar – Sala 94 – Centro – Lins/SP – CEP: 16400-085 – Tel.: (14) 3522-2119 – E-mail: seespplins@terra.com.br. MARÍLIA: R. Carlos Gomes, 312 – cj. 52 – CEP: 17501-000 – Tel./Fax: (14) 3422-2062 – E-mail: seespmar@uol.com.br. PINDAMONHANGABA: R. Dr. Rubião Junior, 192 – 3º andar – sala 32 – CEP: 12400-450 – Tel./Fax: (12) 3648-8239 – E-mail: pinda@seesp.org.br. PIRACICABA: R. Benjamin Constant, 1.575 – CEP: 13400-056 – Tel./Fax: (19) 3433-7112 – E-mail: piracicaba@seesp.org.br. PRESIDENTE PRUDENTE: R. Joaquim Nabuco, 623 – 2º andar – sala 26 – CEP: 19010-071 – Tel./Fax: (18) 3222-7130 – E-mail: pprudente@seesp.org.br. RIO CLARO: Rua Cinco, 538 – Salas 1 e 2 – Centro – CEP 13.500-040 – Tel./Fax: (19) 3534-9921 – E-mail: rioclaro@seesp.org.br. SÃO CAETANO DO SUL: Estrada das Lágrimas, 1.708 – Tel.: (11) 2376-0429 – E-mail: saocaetano@seesp.org.br. SÃO CARLOS: R. Rui Barbosa, 1.400 – CEP: 13560-330 – Tel./Fax: (16) 3307-9012 – E-mail: scarlos@seesp.org.br. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: R. Paulo Setubal, 147 – sala 31 – CEP: 12245-460 – Tel.: (12) 3921-5964 – Fax: (12) 3941-8369 – E-mail: seesspj@uol.com.br. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO: R. Cândido Carneiro, 239 – CEP: 15014-200 – Tel./Fax: (17) 3232-6299 – E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. SOROCABA: R. da Penha, 140 – CEP: 18010-000 – Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 – E-mail: sorocaba@seesp.org.br. TAUBATÉ: Rua Venezuela, 271 – CEP: 12030-310 – Tels.: (12) 3633-5411 - 3631-4047 – Fax: (12) 3633-7371 – E-mail: taubate@seesp.org.br.

AS RUAS A PAUTA DOS TRABALHADORES



Universitários Regulamentados (CNTU) participou do ato pelo movimento sindical.

empresas, mas tem empurrado com a barriga as demandas da classe trabalhadora. Estamos aqui para dizer a Dilma, a Alckmin e aos prefeitos que não vamos mais suportar essa situação.” E concluiu: “Se esse protesto não bastar, o próximo passo é uma greve geral.”

O plano de uma paralisação nacional foi corroborado também pelo presidente da Força Sindical, o deputado Paulo Pereira (PDT-SP). “Hoje, milhões não foram trabalhar, outros foram para as ruas protestar. São manifestações pacíficas, com pauta única. Esperamos que sirvam para que a presidente possa atender essas reivindicações. Caso contrário, vamos trabalhar com a ideia de fazer outras e evoluir para uma greve geral no País.” Para o presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Wagner Gomes, se não houver mudança na atitude da chefe do Executivo a saída também pode ser essa: “Já estamos

negociando essa pauta há dois anos com o governo e não sai do lugar. Vamos voltar a conversar, se não resolver, a tendência é marcar uma greve geral.” Presidente estadual da Nova Central Sindical (NSC), Luiz Gonçalves, também defendeu a paralisação nacional. “Se não formos atendidos, vamos chegar a uma greve geral com certeza.”

Nas ruas, para ficar

Independentemente do próximo passo a ser dado, os trabalhadores manterão a mobilização, afirmou Ubiraci Dantas de Oliveira, presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). “Essa luta que não começou hoje, também não para hoje”. Ele também destacou a importância da participação dos engenheiros na iniciativa: “A situação do desenvolvimento, especialmente no que diz respeito à tecnologia, está paralisada. Por isso a categoria é fundamental nessa luta e é muito positivo estar aqui, unida aos operários.”

Wagner Freitas, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), informou que um fracasso no esforço de negociação em torno do PL 4.330 pode desencadear novas mobilizações. “Se não chegarmos a um acordo, os empresários vão querer votar. Aí, vai de novo a nossa luta titânica para impedir que isso aconteça.” Para Gilmar Mauro, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a tônica deve ser “nem um passo atrás nas conquistas”. Segundo ele, para tanto, é preciso “unificar a pauta coletiva e colocar povo organizado na rua”.

*Colaboraram Fábio Pereira e Rosângela Ribeiro Gil

Um quadro das mobilizações pelo Brasil

SUDESTE

No Estado de São Paulo, as manifestações começaram logo pela manhã com interdição de trechos das rodovias Anhanguera, Castello Branco, Raposo Tavares, Fernão Dias, Dutra, Mogi-Bertioxa e a Cônego Domênico Rangoni. Em São Bernardo, as concentrações foram nas fábricas da Ford, Mercedes-Benz, Proema, Ardeb, Sachs, Proxylon, Sogefi e Toyota. Os trabalhadores fizeram uma passeata e tomaram parte da Via Anchieta. A Avenida Goiás, em São Caetano, também foi fechada pelos trabalhadores da General Motors.

No Rio de Janeiro, seis centrais sindicais e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) organizaram uma manifestação. Paralisaram as atividades professores municipais e estaduais e funcionários dos Correios, que fecharam o Centro de Operações Postais, na Zona Norte.

SUL

Os ônibus dos municípios gaúchos de Porto Alegre, Viamão, Cachoeirinha, Gravataí e Alvorada não circularam durante a manhã. As agências bancárias e os Correios não funcionaram, assim como a maior parte das escolas de Porto Alegre.

A passagem nos pedágios foi liberada em pelo menos 14 praças do Paraná, devido a um protesto dos trabalhadores rurais do estado. Desde o começo da manhã, ruas e rodovias de Curitiba foram bloqueadas.

CENTRO-OESTE

No Distrito Federal, o MST ocupou a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para exigir a retomada dos assentamentos.

Em Goiânia, 40 sindicatos participaram do Dia Nacional de Lutas. Cerca de mil pessoas se reuniram na Praça do Bandeirante, no centro. Um grupo de 200 pessoas ocupou a sede da reitoria da Universidade Estadual de Goiás (UEG), em Anápolis.

Aproximadamente 12 mil pessoas se concentraram na Praça do Rádio, em Campo Grande (MS), para participar de um ato unificado.

NORDESTE

Em Recife (PE), os protestos do Dia Nacional de Lutas se concentraram no complexo industrial portuário de Suape. As BRs 232, 116, 428, 194 e 101 foram ocupadas em alguns trechos.

Em Salvador (BA), diversas agências bancárias foram fechadas. A BR-324, principal rodovia entre capital e interior, foi bloqueada, assim como a Via Parafuso, que dá acesso ao Polo Petroquímico de Camaçari.

Em Fortaleza (CE), motoristas e cobradores bloquearam entradas e saídas de terminais de ônibus e manifestantes ocuparam avenidas de grande fluxo da cidade.

NORTE

Em Manaus, 60% da frota de ônibus paralisaram suas atividades. Professores, estudantes e funcionários da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) bloquearam a entrada da instituição.

Grande parte das agências bancárias de Belém (PA) não funcionou. Membros de sindicatos e movimentos sociais se concentraram na frente do Palácio Antônio Lemos, sede da Prefeitura, para um ato unificado.

Fonte: Agência Sindical, com informações das centrais sindicais. Veja relato completo em <http://migre.me/ftfsc>.

Rita Caserio



O presidente do SEESP, Murilo Pinheiro, fala durante manifestação na Paulista, representando a CNTU.



Diretores do SEESP defendem durante Dia Nacional de Lutas bandeiras dos trabalhadores brasileiros.



Redução da jornada de trabalho, fim do fator previdenciário e desenvolvimento estavam entre as reivindicações levadas às ruas.



Em debate, propostas para a mobilidade urbana na Capital

Rosângela Ribeiro Gil

EM SEMINÁRIO NO DIA 27 de junho último, organizado pelo Fórum Suprapartidário por uma São Paulo Saudável e Sustentável, na sede do SEESP, na Capital, foram debatidas propostas sobre mobilidade urbana a serem incorporadas na revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE) da cidade.

Entre as várias recomendações, a serem encaminhadas à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, como informa o diretor do SEESP e integrante do fórum, Laerte Conceição Mathias de Oliveira, destacam-se: incentivar a fixação e o retorno de habitantes para as áreas centrais e disponibilizar emprego perto das moradias; limitar o número de estacionamentos no centro e reservar a construção a novos estacionamentos públicos só para residentes; favorecer o adensamento nas proximidades das estações de ônibus, metrô e trem por meio de operações integradas de urbanismo e transporte público.

Em consonância com a Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável, implantada pela Lei nº 12.587 no início de 2012, o encontro levantou sugestões que mudem o cenário atual de uma megalópole que sofre com congestionamentos constantes e faz os cidadãos perderem mais de duas horas em trajetos básicos, como da casa para o traba-

lho. Por isso, identificou ainda a necessidade da redistribuição do espaço da via pública pensando nos pedestres, bicicletas, transporte coletivo e táxis; melhorar a acessibilidade da população por meio de políticas tarifárias sociais e do aumento da velocidade comercial de ônibus; e aplicar a receita adicional, decorrente da valorização dos imóveis lindeiros propiciada pela implantação e melhoria das linhas metroferroviárias, na ampliação da rede e na amortização desses investimentos.

Especialistas presentes à atividade mostraram o quanto a imobilidade urbana traz transtornos, inclusive à saúde da população. Segundo Paulo Saldiva, professor titular da Faculdade de Medicina e coordenador do Laboratório de Poluição Atmosférica da Universidade de São Paulo (USP), 10% do câncer de pulmão são atribuídos à poluição do ar, e o ruído excessivo prejudica o sono profundo das pessoas. “Nossos pulmões e corações estão envelhecendo mais rápido”, alertou. E explicou que o que mais eleva a expectativa de vida é ter relações sociais, mas “hoje não temos coragem de sair de casa. A imobilidade segrega”.

Padrão de expansão e reforma urbana

Emiliano Stanislau Affonso, diretor do SEESP e coordenador de Planejamento e Empreendimentos da Companhia do Metropolitan de São Paulo (Metrô), mostrou que o plano de expansão da cidade induz ao caos urbano. “Estamos parando, infelizmente, por falta de mobilidade”, advertiu, devido ao modelo implantado, que cria uma concentração de empregos na área central do município e descentraliza a moradia, obrigando as pessoas a residirem nas periferias. “Isso gera uma série de deslocamentos, consequentemente uma sobrecarga no transporte coletivo e no sistema viário.”

Já Humberto Parro, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Metropolitano, enfatizou a importância do planejamento metropolitano integrado da mobilidade urbana. E conclamou que essas questões estejam em destaque na 5ª Conferência Estadual das Cidades, a se realizar entre 25 e 27 de setembro próximo, no Memorial da América La-

tina. “Devemos buscar um pacto para que todo o sistema de transporte e o uso e ocupação do solo sejam articulados.”

Nelson Saule Jr., do Instituto Pólis e membro do Comitê Técnico Nacional de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, acredita que é necessário resgatar a luta por uma profunda reforma urbana, movimento que surgiu na década de 1980 e tem como pontos básicos a moradia, o transporte, o acesso a serviços e equipamentos urbanos e a democracia participativa nas cidades. Saule Jr. observou que permanecem em disputa projetos diferenciados de uso e ocupação do solo urbano, “entre uma cidade que tenha como marcos referenciais as suas funções sociais, e não – ou apenas, como tem sido –, a predominância do interesse econômico. Aí entra a questão tanto da função social da cidade como da propriedade”.

Ele defende o diálogo entre as funções mais tradicionais de uma cidade – moradia, mobilidade, lazer e trabalho –, que vêm da Carta de Atenas, manifesto urbanístico definido no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, realizado em Atenas, Grécia, em 1933 –, e uma dimensão mais política, qual seja a de incorporar grupos sociais marginalizados.

Tarifação do transporte: questão central

O integrante do Movimento Passe Livre (MPL), Lucas Monteiro, apontou como fator central a restrição tarifária à circulação das pessoas. “A tarifa é fruto de uma lógica que constrói uma cidade excludente, pois restringe a mobilidade da população mais pobre.”

Para ele, a cidade como um todo deve arcar com o custo do deslocamento. O MPL propõe, em projeto de iniciativa popular, a tarifa zero, inspirada na proposta do engenheiro Lúcio Gregori, ex-secretário Municipal de Transportes, na gestão Luiza Erundina (1989-1992). Conforme explicou, isso garantirá às pessoas o acesso pleno ao espaço urbano, à educação, ao lazer, à saúde e à cultura. Compuseram a mesa, também, o procurador de Justiça do Ministério Público, Jorge Luiz Ussier; e o engenheiro Plínio Assmann.

“O que mais eleva a expectativa de vida é ter relações sociais, mas a imobilidade segrega”, diz especialista da USP.



Luiz Henrique Costa

Fórum suprapartidário reúne especialistas e ativistas para discutir mobilidade.

Cursos

RIBEIRÃO PRETO

Sinatub

Site: www.sinatub.com.br

E-mail: sinatub@sinatub.com.br

Telefone: (16) 3911-1384

- **Curso de vasos de pressão.** De 13 a 16 de agosto. Abordará o projeto de vasos de pressão, de acordo com as normas NR 13 e Asme (Seção VIII, Divisão 1, Edição 2007, Adendo 2009), bem como de outros procedimentos complementares. Será desenvolvido por meio de exemplos e acompanhado por amplo material técnico de apoio. O objetivo é fornecer aos participantes subsídios para realizar PAR (projeto de alteração e reparos), elaborar especificações técnicas e prontuários de inspeções etc.. Carga total de 32 horas. Inscrições até 26 de julho, R\$ 2.900,00, e após essa data, R\$ 3.400,00.

SANTOS

Unisanta (Universidade Santa Cecília)

Site: www.unisanta.br

E-mail: extensao@unisanta.br

Telefone: (13) 3202-7101

- **Perícia ambiental.** O objetivo desse curso de extensão é assegurar aprimoramento para atuação no ramo de perícias judiciais e extrajudiciais na área ambiental. Público-alvo: profissionais do setor público ou privado com formação superior em diferentes áreas do conhecimento, inclusive em agronomia e engenharia. As aulas começam no dia 14 de setembro e terminam em 5 de outubro, sempre aos sábados, das 8h às 12h e das 13h às 17h. Carga total de 32 horas. Valor de R\$ 450,00.

SÃO PAULO

Ibape-SP (Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia)

Site: www.ibape-sp.org.br

E-mail: ibapesp@ibape-sp.org.br

Telefone: (11) 3105-4112

- **Inspeção predial – vistoria do check up da edificação – como evitar acidentes.** O curso acontece nos dias 2 (14h às 22h30) e 3 de agosto (das 8h30



às 12h). O objetivo é expor aspectos teóricos e práticos da inspeção predial como ferramenta da gestão de ativos e atividade de prevenção a acidentes e perdas precoces de desempenho. Assim, serão detalhados método e critério, apresentado estudo de casos, bem como observada a relevância dos aspectos normativos para a regulamentação da inspeção predial. Também serão destacados os tópicos essenciais do laudo e sua elaboração. Preços até 17 de julho: R\$ 340,00 (sócios do Ibape) e R\$ 577,00 (não sócios). Carga total de 12 horas.

VDI-Brasil – Associação dos Engenheiros Brasil-Alemanha

Site: www.vdibrasil.com.br

E-mail: vdi@vdibrasil.com.br

Telefone: (11) 5180-2316

- **Falar em público para engenheiros.**

O seminário será no dia 8 de agosto, das 8h30 às 17h30, na Câmara Brasil-Alemanha (Rua Verbo Divino, 1488 – 3º andar – São Paulo). Apresentar projetos, conduzir palestras e participar de negociações são atividades constantes na vida de um engenheiro. Portanto, falar em público torna-se uma competência indispensável. O objetivo dessa iniciativa é desenvolver a habilidades de expressão oral e corporal por meio de técnicas básicas de apresentação em público. Serão realizados seis *takes* de filmagens individuais para propiciar ao participante observar seus pontos fracos, a fim de aprimorá-los. Inclusos: material didático, dois *coffee-breaks*, almoço e certificado de participação. Valores: R\$ 450,00 (associados à VDI); R\$ 550,00 (à AHK); R\$ 585,00 (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – Abdib); e R\$ 650,00 (não associados).

Capacitação para gestores em iluminação pública

COM O OBJETIVO DE apresentar os principais temas de cunho técnico, gerencial e legal, o Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), cujo mantenedor é o SEESP, realiza o curso “Capacitação para gestores em iluminação pública”, de 13 a 15 de agosto, das 9h às 17h30, na sua sede (Rua Martiniano de Carvalho, 170, Bela Vista, São Paulo/SP). Serão abordados vários temas, entre eles: panorama atual da iluminação pública; aspectos institucionais e legais; conceitos luminotécnicos básicos; normas técnicas (ABNT e Ministério do Trabalho), além de estudo de casos.

A iluminação pública é tema de maior importância para os municípios brasileiros. De sua competência, tem papel fundamental na segurança pública, bem como dos pedestres e motoristas, no embelezamento e desenvolvimento das cidades.

A Resolução 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em seu artigo 218, determina que as concessionárias transfiram os ativos de iluminação pública para os municípios. Portanto, é prioritário que os profissionais conheçam profundamente os aspectos legais, técnicos e gerenciais relacionados ao tema e, dessa forma, possam definir a melhor modelagem de execução/gestão a ser adotada.

Os municípios que contarem com profissionais mais capacitados terão uma oportunidade de transformação do modelo atual aplicado à iluminação pública para outro com melhor qualidade, que leve em conta as normas técnicas, a qualidade dos materiais, o planejamento, a eficiência energética e outras ações que proporcionem uma diminuição do consumo de eletricidade e de recursos municipais.

Informações e inscrições em www.isitec.org.br, pelo e-mail educont@isitec.org.br ou pelo telefone (11) 3254-6864. O número de vagas é limitado (35). Preço: R\$ 900,00, mediante o preenchimento de ficha de inscrição e envio do comprovante de pagamento (ver condições no *site* do Isitec). Desconto de R\$ 100,00 para associados ao SEESP e a entidades apoiadoras.





SEESP integra sistema de negociação permanente da Prefeitura de São Paulo



Fotos: Benitz Arruda

Sindicato destaca piso salarial e valorização em diálogo com a Administração Municipal.

Foi assinado, em 10 de julho, convênio que assegura a inclusão do sindicato no sistema de negociação permanente da Prefeitura Municipal de São Paulo. Com isso, a entidade passa a participar das mesas de negociação que ocorrem ao longo do ano, representando os cerca de 1.800 engenheiros que atuam na administração paulistana.

O presidente do SEESP, Murilo Pinheiro, celebrou a iniciativa de manter o diálogo e chamou a atenção para a atuação da categoria nos diversos segmentos da gestão pública. Uma das reivindicações desses profissionais é um plano de carreira que contemple salário inicial compatível com a Lei 4.950-A/66 (que define nove salários mínimos para jornada de oito horas).

Termina campanha salarial em três empresas do setor energético

Os engenheiros da Cesp, da Duke Energy e da Elektro, que têm data-base 1º de junho, aprovaram seus Acordos Coletivos de Trabalho 2013. A seguir, destaque de alguns itens:

Duke Energy – Reajuste salarial de 7,87% correspondente ao acumulado pelo IPC/Fipe na data-base (5,11%) + 2,6% de aumento real/produzividade e reajuste de 7,87% para os benefícios de caráter econômico a exceção dos vales-refeição e alimentação que serão reajustados em 12% com redução em 50% da tabela de participação.

Cesp – Reajuste salarial de 7,74% correspondente ao acumulado pelo IPC/Fipe na data-base (5,11%) + 2,5%

de aumento real/produzividade; reajuste de 9,4% na verba de Planejamento de Cargos e Salários; reajuste do valor fixo da gratificação de férias pelo mesmo índice do reajuste salarial; reajuste de 7,77% no valor da função acessória; reajuste de 12,1% nos valores pagos a título de auxílio-alimentação e lanche matinal; reajuste de 21,2% no valor da cesta-

-base e reajuste de 7,93% no valor do auxílio-creche.

Elektro – Reajuste salarial de 6,53% correspondente ao acumulado pelo IPC/Fipe na data-base (5,11%) + 1,35% de aumento real/produzividade e reajuste de 8,01% aos benefícios de caráter econômico a exceção dos vales-refeição, alimentação e cesta básica que serão reajustados em 6,8%.



Reunião de negociação salarial com a Elektro, em Campinas.

CURSO PERÍCIAS JUDICIAIS

CURSO INDICADO PARA TODAS AS PROFISSÕES

O curso Perícias Judiciais é destinado à profissionais com curso superior que atuam ou pretendam atuar como perito judicial ou assistente técnico, proporcionando aos participantes o conhecimento da prática, da burocracia e dos elementos básicos da perícia judicial.

CURSO EM CAMPINAS-SP

Local: CIESP

End.: Rua Padre Camargo Lacerda, 37 - Bonfim - Campinas

Data: 02 a 05 de Dezembro de 2013

Horário: das 19h00 às 22h45

O curso oferece:

- Apostila Perícias Judiciais
- Certificado de Participação
- Suporte Técnico de 06 meses
- Cadastro Nacional de Peritos

CURSO PERÍCIA JUDICIAL AMBIENTAL

INDICADO PARA PROFISSIONAIS DA ÁREA DO MEIO AMBIENTE

Curso em São Paulo-SP

Data: 04 a 08 de Novembro de 2013

Horário: das 19h00 às 23h00

Local: CRQ - Conselho Regional de Química

End.: Rua Oscar Freire, 2039 - Pinheiros - SP

Incluso:

- Apostila Perícia Ambiental
- Apostila Perícia Judicial
- CD-ROM
- Certificado de Participação
- Suporte Técnico de 6 meses
- Cadastro no Site Nacional de Peritos

RUI JULIANO PERÍCIAS www.manualdepericias.com.br

Faça sua inscrição: www.manualdepericias.com.br - fernanda@manualdepericias.com.br - 0800 500 3622 - (53)3231 3622